Editora Solução
a solução para o seu concurso!

JANDIRA-SP

Professor de Educação Básica - PEB I

SL-116NV-26
7901183013852

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) 7
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras 8
3. Pontuação 9
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção – emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem 11
5. Concordância verbal e nominal 21
6. Regência verbal e nominal 25
7. Colocação pronominal 26
8. Crase 28

Conhecimentos Pedagógicos e Legislação

1. Formação histórica e filosófica do modelo escolar 39
2. Função social da escola 43
3. Concepções de educação e de escola 44
4. Gestão escolar democrática 48
5. Projeto político-pedagógico 52
6. Currículo: concepção e organização do conhecimento; Currículo na educação básica 54
7. Psicologia do desenvolvimento 58
8. Pedagogia dos multiletramentos 62
9. Desenvolvimento de competências 66
10. Trabalho por projetos 70
11. Formação continuada do educador, desenvolvimento e responsabilidades profissionais 71
12. Educação inclusiva 75
13. Educação em direitos humanos 80
14. Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares 83
15. Avaliação e construção do conhecimento 87
16. Avaliação da educação básica no Brasil 91
17. Fracasso escolar e trabalho docente 92
18. Indisciplina na escola: a relação professor-aluno 96
19. Educação digital escolar: o estudante como consumidor e produtor de tecnologia 100
20. Escola durante e pós-pandemia 104

Conhecimentos pedagógicos- relações étnico-raciais e diversidade

1. Cultura Negra, Relações Étnico-Raciais e Antirracismo: BENTO, Cida. O pacto da branquitude. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 152 p 113
2. CAVALLEIRO, Eliane (org.). Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001. 160 p 117

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

3. GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. 184 p 119
4. MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 5. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2015. 204 p 122
5. PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista: para familiares e professores. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2023. 192p 125
6. Cultura, História e Temática Indígena: FUNARI, Pedro Paulo A.; PIÑÓN, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 128p 127
7. GOMES, Nilma Lino (org.). Histórias e culturas indígenas na Educação Básica. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 184 p 130
8. KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 80 p 132
9. PILATI, Eloisa; REZENDE, Bruna G. (org.). Línguas indígenas: linguística, cultura e ensino. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021. 245 p 136

Conhecimentos Específicos
Professor de Educação Básica - PEB I

1. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Dimensão Pedagógica – Currículo, Planejamento e Avaliação da Aprendizagem 143
2. O cotidiano escolar e as teorias e metodologias didáticas 144
3. Avaliação no Ensino Fundamental 148
4. Educação Integral 153
5. Dimensão do Educando – Aprendizagem e Socialização 157
6. Concepções de desenvolvimento e aprendizagem 160
7. Infâncias e culturas infantis 166
8. Cultura digital 167
9. O conhecimento no Ensino Fundamental (Anos Iniciais) 169
10. Alfabetização e Letramento 173
11. Educação matemática 174
12. Currículo, suas áreas de conhecimento e temas transversais do Ensino Fundamental 181
13. Dimensão Social, Organizacional e Política da Escola 184
14. Concepções de educação, de escola e sua função social 187
15. Educação para a democracia, direitos humanos e multiculturalidade na escola 193
16. Políticas de inclusão e educação especial 196
17. Educação de Jovens e Adultos (EJA 202
18. Docência e identidade profissional 203
19. Legislação educacional 204

Legislação educacional

1. Constituição da República Federativa do Brasil; Capítulo II, Seção I (Artigos 208 a 214) 211
2. Lei nº 8.069/1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências; Artigos 1º ao 6º, 15 ao 18-B, 53 a 59 e 131 a 137 214
3. Lei nº 9.394/1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional 217

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

4. Base Nacional Comum Curricular: Introdução, Estrutura da BNCC e A Etapa do Ensino Fundamental – anos iniciais..... 237
5. Parecer CNE/SEB nº 06/2010: Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos 237
6. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva 254
7. Resolução CNE/CEB nº 07/2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos 260
8. Resolução CNE/CP nº 01/2004: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana..... 268
9. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem..... 269

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

▸ A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

▸ A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

▸ Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

- **Ficcionalidade**: os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.
- **Aspecto subjetivo**: o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.
- **Ênfase na função poética da linguagem**: o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.
- **Plurissignificação**: as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa. Além disso, tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. Ademais, a linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS. SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

A significação das palavras desempenha um papel fundamental na comunicação humana, sendo essencial para a compreensão precisa e eficaz das mensagens transmitidas. Esse estudo pertence à área da semântica, ramo da linguística que se dedica ao significado das palavras e às relações de sentido que elas estabelecem entre si.

Através do entendimento dessas relações, como sinonímia, antonímia, polissemia, entre outras, é possível aprimorar a interpretação de textos e discursos, evitando ambiguidades e mal-entendidos.

O objetivo deste estudo é explorar as principais classificações de significados e suas interconexões, oferecendo exemplos práticos que ilustram como as palavras podem assumir diferentes funções de acordo com o contexto em que são inseridas.

Ao analisar essas nuances, busca-se proporcionar uma visão mais aprofundada da dinâmica linguística, evidenciando a riqueza e a complexidade da língua portuguesa.

Relações de Sentido

No estudo da semântica, as palavras podem ser classificadas de acordo com as relações de sentido que estabelecem entre si. Essas relações são fundamentais para a construção de significados e para a clareza na comunicação. Entre as principais relações de sentido, destacam-se a sinonímia e a antonímia.

Sinonímia

A sinonímia refere-se à relação entre palavras que possuem significados semelhantes ou próximos. Palavras sinônimas podem ser usadas de forma intercambiável em diferentes contextos, embora nuances de sentido ou grau de formalidade possam variar entre elas. Um exemplo clássico de sinonímia é a relação entre “inteligente” e “esperto”, onde ambas as palavras denotam alguém com rapidez de raciocínio ou habilidade para resolver problemas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA

FORMAÇÃO HISTÓRICA E FILOSÓFICA DO MODELO ESCOLAR

Origens sociais e intelectuais da escolarização

- **A formação humana nas civilizações antigas**

A existência de instituições destinadas ao ensino é anterior à configuração da escola moderna. Diferentes sociedades organizaram a transmissão de conhecimentos especializados de acordo com suas necessidades religiosas, políticas, econômicas e culturais. A escrita, por exemplo, tornou possível o registro de tributos, contratos, narrativas e prescrições. Aprender a interpretar e produzir esses registros conferia acesso a determinadas funções sociais. A formação dos escribas envolvia exercícios de reprodução de sinais, domínio de convenções e aquisição de conhecimentos necessários à administração. Tratava-se de uma atividade altamente valorizada, mas não de um direito universal.

A educação, entretanto, não se limitava a ambientes destinados à instrução escrita. A participação nas atividades coletivas, a aprendizagem de ofícios e a comunicação entre gerações constituíam outras vias de formação. A história da instituição escolar deve, portanto, ser distinguida da história mais abrangente da educação. A primeira diz respeito à constituição de espaços, agentes e métodos especificamente organizados para ensinar; a segunda contempla todos os processos pelos quais os seres humanos incorporam e transformam a experiência social.

Paideia, cidadania e concepções clássicas

Na Grécia antiga, a noção de paideia expressava um ideal de formação relacionado à vida coletiva. Em Atenas, o exercício da cidadania favorecia a valorização da argumentação, da retórica e da discussão de questões públicas. Esse horizonte formativo convivia com restrições profundas: mulheres, pessoas escravizadas e estrangeiros não possuíam a mesma condição política dos cidadãos homens livres.

Platão associava a formação à busca do conhecimento verdadeiro e à organização justa da cidade. Aristóteles vinculava o desenvolvimento das virtudes à prática, ao exercício da razão e à participação na comunidade política. A maiêutica socrática valorizava o questionamento capaz de tornar visíveis contradições presentes em uma opinião aparentemente segura. Essas concepções não correspondiam a um sistema público universal de ensino, mas legaram problemas filosóficos decisivos: a relação entre saber e virtude, entre educação e política e entre autoridade intelectual e exercício autônomo do pensamento.

- **A preservação dos saberes e a transformação medieval**

Em parte da Europa medieval, mosteiros, escolas catedralícias e outras instituições religiosas desempenharam funções importantes na conservação de manuscritos e na preparação de pessoas para atividades eclesiásticas. A organização das artes liberais compreendia o trivium, formado por gramática, retórica e lógica, e o quadrivium, formado por aritmética, geometria, música e astronomia. Esses conjuntos forneciam instrumentos intelectuais para atividades de interpretação, argumentação e investigação.

A formação de um copista, por exemplo, pressupunha familiaridade com o latim, domínio dos sinais gráficos e capacidade de reproduzir textos com precisão. Já as universidades medievais constituíram corporações dedicadas a atividades de ensino e investigação em campos como teologia, direito e medicina. O procedimento escolástico de discutir questões mediante argumentos e objeções conferia importância à articulação lógica, mesmo sob condições de autoridade religiosa.

Humanismo e ampliação dos repertórios

O Renascimento fortaleceu o interesse pelos textos clássicos, pela experiência humana e pelas possibilidades da investigação artística e científica. A educação humanista buscava desenvolver qualidades intelectuais e expressivas mediante o contato com a literatura, a história e a filosofia. Isso não significou ruptura imediata com a religião nem generalização do acesso às instituições de ensino.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A comparação das matrizes históricas permite identificar a vinculação entre organização educativa e distribuição social das funções intelectuais.

Matriz histórica	Acesso predominante	Finalidade formativa	Forma de transmissão
Formação de escribas	Grupos ligados à administração	Domínio da escrita funcional	Exercitação e acompanhamento
Paideia grega	Segmentos livres com condições de participação	Virtude e vida pública	Diálogo, retórica e exercício
Escolas medievais	Grupos vinculados à Igreja e aos saberes eruditos	Formação religiosa e intelectual	Leitura, comentário e disputa
Humanismo renascentista	Camadas com acesso à cultura letrada	Cultivo intelectual e expressivo	Estudo dos clássicos e produção textual

Essas formas não se sucederam como estágios universais percorridos por todas as sociedades. Constituem configurações situadas, cujas fronteiras se sobrepõem. A compreensão da escola contemporânea exige reconhecer tanto a permanência de práticas herdadas, como o uso de textos e da argumentação, quanto o contraste entre a seletividade histórica da instrução e a posterior afirmação do acesso à escolarização como direito.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO MODERNO

▸ A sistematização dos métodos de instrução

A difusão da imprensa na Europa, associada a mudanças religiosas e políticas, ampliou as possibilidades de reprodução de textos. A disponibilidade crescente de materiais impressos favoreceu a elaboração de métodos de ensino que articulavam conteúdos ordenados, exercícios e formas de acompanhamento. A Reforma protestante conferiu particular importância à leitura de textos religiosos em línguas acessíveis às comunidades. A Contrarreforma também investiu em iniciativas de instrução, entre elas a atuação educativa da Companhia de Jesus.

O desenvolvimento desses empreendimentos contribuiu para a organização de estabelecimentos com objetivos, horários e procedimentos relativamente estáveis. O ensino coletivo, destinado a grupos de pessoas reunidas para aprender conteúdos determinados, passou a ocupar posição central. Sua configuração resultou de iniciativas distintas, não de uma transformação uniforme e imediatamente consolidada.

A didática de Comênio

Comênio concebeu a educação como possibilidade de aperfeiçoamento humano e defendeu a ampliação do acesso à instrução. Sua formulação didática atribuía importância à organização gradual dos conhecimentos, à adequação das atividades às capacidades do aprendiz e à associação entre linguagem e experiência sensível. O professor deveria conduzir o ensino por caminhos compreensíveis, evitando exigir domínio de conteúdos complexos antes da formação de seus pressupostos.

Um manual ilustrado destinado ao aprendizado de palavras materializa essa preocupação. Em vez de apresentar exclusivamente expressões abstratas, ele relaciona elementos visíveis, seus nomes e situações em que se tornam significativos. A imagem serve à compreensão do conceito e permite estabelecer conexões entre aquilo que é apresentado verbalmente e o mundo conhecido. Embora não deva ser confundida com teorias contemporâneas de aprendizagem, essa proposta evidencia a importância atribuída à mediação didática.

A organização progressiva também repercute na divisão de conhecimentos em unidades, na previsão de materiais e na coordenação entre diferentes etapas. A escola torna-se um ambiente estruturado para assegurar continuidade ao ensino, em contraste com formas de instrução dependentes apenas de encontros ocasionais.

▸ Razão, cidadania e sistemas nacionais de ensino

O Iluminismo colocou em discussão a sujeição intelectual à tradição e às autoridades estabelecidas. A confiança na razão, na possibilidade de investigar fenômenos e na educação como instrumento de aperfeiçoamento social influenciou projetos de instrução pública. Condorcet defendeu a difusão dos conhecimentos como condição relevante para o exercício dos direitos e para a independência de julgamento dos cidadãos.

A expansão das funções dos Estados modernos favoreceu a instituição de sistemas de ensino, a definição de conteúdos públicos e a formação de profissionais responsáveis pela instrução. A alfabetização tornou-se particularmente importante em sociedades nas quais documentos escritos, normas e comunicações administrativas passaram a mediar a participação social. Um trabalhador capaz de interpretar uma regulamentação publicada, por exemplo, possui instrumentos adicionais para compreender exigências que afetam sua atividade.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS: RELAÇÕES

CULTURA NEGRA, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E ANTIRRACISMO: BENTO, CIDA. O PACTO DA BRANQUITUDE. 1. ED. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2022. 152 P

O PACTO NARCÍSICO: DEFINIÇÃO, COMPONENTES E SUSTENTAÇÃO SIMBÓLICA

- **O conceito de pacto da branquitude**

Um acordo que nunca é dito em voz alta

O pacto da branquitude designa uma cumplicidade não verbalizada entre pessoas brancas, orientada à preservação de privilégios simbólicos e materiais. Ninguém precisa propor, assinar ou enunciar esse acordo para que ele funcione: ele opera por meio de gestos cotidianos, de escolhas aparentemente neutras e de silêncios compartilhados. Quando uma vaga é preenchida por indicação de alguém conhecido, quando um comentário discriminatório passa sem contestação ou quando uma ausência de pessoas negras em cargos de decisão deixa de causar estranhamento, o pacto está em ação. A força do conceito está justamente em deslocar a atenção do indivíduo racista, figura excepcional e facilmente condenável, para um arranjo coletivo e rotineiro que se reproduz sem intenção declarada.

O componente narcísico e a figura do diferente

O adjetivo narcísico remete a um mecanismo psíquico de autopreservação. O grupo que se toma como referência universal percebe o diferente como ameaça ao que considera normal, e essa percepção alimenta o medo que está na base do preconceito. O narcisismo, nesse sentido, não é vaidade pessoal, mas a tendência de valorizar quem se parece conosco e de rebaixar quem rompe o espelho. Daí decorre uma consequência importante: a branquitude raramente se enxerga como identidade racializada. O branco é tomado como medida do humano, e a raça passa a ser atributo apenas do outro. Essa assimetria de percepção explica por que as desigualdades raciais costumam ser descritas como problema de quem as sofre, e não de quem as sustenta.

- **Silenciamento, meritocracia e herança histórica**

Os mecanismos que mantêm o pacto invisível

O pacto se apoia em dispositivos que o tornam difícil de nomear. O primeiro é o silenciamento: falar de racismo é tratado como deselegância, exagero ou ressentimento, e o desconforto recai sobre quem faz a denúncia. O segundo é a meritocracia, discurso segundo o qual posições sociais resultam exclusivamente de esforço e talento individuais. Esse discurso oculta que o ponto de partida dos grupos nunca foi equivalente, e que os critérios de mérito são definidos, em grande parte, por quem já ocupa as posições de poder. O terceiro é a naturalização das hierarquias, que faz com que a predominância branca em chefias, tribunais e conselhos pareça um dado da natureza, e não o resultado de séculos de exclusão e de redes de proteção mútua.

A tabela apresentada abaixo organiza os principais elementos desse arranjo, distinguindo o que cada um designa e a forma como se manifesta na vida institucional.

Elemento	O que designa	Como se manifesta
Pacto narcísico	Cumplicidade tácita entre brancos para preservar privilégios	Indicações informais, tolerância a práticas discriminatórias, defesa corporativa de iguais
Silenciamento	Recusa de nomear o racismo como problema coletivo	Constrangimento diante da denúncia, deslocamento da culpa para quem relata
Meritocracia	Explicação da posição social apenas pelo esforço individual	Critérios de seleção apresentados como neutros, ignorando desigualdade de origem
Branquitude como norma	Tomada do branco como padrão do humano	Raça entendida como atributo apenas de pessoas negras e indígenas

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A leitura da tabela mostra que os quatro elementos se reforçam mutuamente. O silêncio protege o pacto, a meritocracia o legitima e a naturalização da norma branca o dissimula. Por isso, enfrentar apenas um desses elementos tende a produzir efeito limitado, já que os demais continuam sustentando o conjunto.

A escravização e a apropriação de seus benefícios

O pacto tem raízes históricas. A escravização de africanos e a exploração de povos originários beneficiaram, de maneira direta e indireta, os grupos brancos, que acumularam terras, patrimônio e prestígio durante gerações. Esse acúmulo foi transmitido por herança, por redes de parentesco e por acesso privilegiado à educação e ao crédito. Após a abolição, a política de incentivo à imigração europeia reforçou o quadro, pois ofereceu a trabalhadores brancos acesso a terra e a empregos, enquanto a população negra libertada foi deixada sem reparação nem políticas de inclusão. Forma-se, assim, um sistema que transfere vantagens aos herdeiros de um grupo que concentrou recursos, e que se apresenta como mérito pessoal quando, na verdade, expressa uma largada desigual mantida por mais de um século.

Consequências para a leitura das desigualdades atuais

Compreender o pacto como herança histórica altera a maneira de interpretar os indicadores sociais contemporâneos. As diferenças de renda, de escolaridade e de ocupação entre brancos e negros deixam de ser vistas como acidentes ou como resultado de escolhas individuais e passam a ser entendidas como efeito acumulado de mecanismos de exclusão que se atualizam. Isso não significa atribuir culpa pessoal a cada indivíduo branco, mas reconhecer que todos estão situados em uma estrutura que lhes confere vantagens, e que a transformação dessa estrutura depende de uma responsabilização coletiva e institucional, não apenas de boas intenções individuais.

Branquitude, colonização europeia e capitalismo racial

▸ A colonização como matriz das hierarquias raciais

Dados do mercado de trabalho e a persistência da desigualdade

Os números oficiais sobre o mercado de trabalho brasileiro mostram, de forma recorrente, que pessoas negras recebem remuneração inferior e ocupam postos mais subalternizados do que pessoas brancas com escolaridade equivalente. Essa regularidade não pode ser explicada por fatores casuais. Ela decorre do processo de escravização, do capitalismo colonial e da maneira como o trabalho foi organizado depois da abolição, quando a força de trabalho negra permaneceu associada a funções manuais, domésticas e de baixa remuneração. A análise dos dados, portanto, só ganha sentido quando conectada à história longa da colonização, e não apenas a diferenças de qualificação medidas no presente.

A colonização europeia e a introjeção da superioridade

Em todas as regiões povoadas por europeus durante a expansão colonial, a dominação não se limitou ao controle de territórios e de riquezas. Ela produziu também uma hierarquia simbólica, na qual o europeu se afirmava como modelo de civilização e os povos colonizados eram descritos como atrasados ou inferiores. Essa hierarquia foi introjetada de maneira desigual: de um lado, a crença na própria superioridade entre os colonizadores e seus descendentes; de outro, a internalização da inferioridade imposta entre os colonizados. A branquitude, entendida como posição de poder e não como cor da pele, nasce desse processo e se mantém por meio de instituições que reproduzem seus critérios de valor.

▸ Capitalismo racial e formas de resistência

Raça, gênero e trabalho no sul global

O capitalismo que se expandiu a partir da colonização não foi racialmente neutro. A modernidade levou ao sul global hierarquias de raça e de gênero que organizaram quem trabalharia, quem comandaria e quem seria tratado como descartável. O conceito de capitalismo racial descreve essa imbricação: a acumulação de riqueza dependeu da desvalorização de determinados corpos e de determinados trabalhos. O trabalho das mulheres negras, em particular, foi historicamente expropriado e invisibilizado, ainda que tenha sustentado a reprodução da vida e da própria economia, nas casas, nas lavouras e nas cidades.

Quilombos e movimentos negros diante da omissão estatal

A leitura crítica do capitalismo racial não ignora a resistência. Diante da omissão do Estado e da violência cotidiana, a população negra construiu formas próprias de organização, memória e ação coletiva. Os quilombos aparecem como espaços de preservação cultural, de autonomia e de enfrentamento da ordem escravista, e os movimentos negros brasileiros mantiveram, ao longo de décadas, a pressão por direitos, por reconhecimento e por reparação. Esse percurso mostra que as conquistas institucionais existentes resultam de mobilização social, e não de concessão espontânea das instituições.

A tabela apresentada abaixo compara três dimensões que a análise articula, indicando o mecanismo envolvido e a forma de resistência correspondente.

Dimensão	Mecanismo de exclusão	Forma de resistência registrada
Colonização europeia	Hierarquia simbólica que eleva o europeu a modelo	Preservação de saberes, línguas e religiosidades
Capitalismo racial	Desvalorização de corpos e trabalhos negros	Quilombos, associações e movimentos negros
Trabalho de mulheres negras	Expropriação e invisibilização do trabalho	Organização coletiva e produção intelectual feminista negra

O quadro evidencia que cada mecanismo de exclusão gera uma resposta específica. Essa simetria é importante porque desfaz a imagem de uma população apenas vitimada: o mesmo processo histórico que produziu a desigualdade produziu também alternativas de organização, que seguem como fonte de propostas para o presente.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E LEGISLAÇÃO: DIMENSÃO PEDAGÓGICA – CURRÍCULO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A prática educativa é um processo intencional, dinâmico e complexo, que demanda não apenas conhecimento técnico-pedagógico, mas também uma compreensão crítica das estruturas que sustentam o trabalho docente. Nesse cenário, a dimensão pedagógica da educação se revela como o eixo central das ações escolares, sustentada por três pilares essenciais: o currículo, o planejamento e a avaliação da aprendizagem. Esses três elementos, quando articulados de forma coerente, permitem uma prática educativa significativa, contextualizada e voltada para o desenvolvimento integral dos estudantes.

▸ Currículo: Conceitos, Abordagens e Práticas

O currículo é um dos principais elementos estruturantes do trabalho pedagógico, pois ele expressa as intenções educativas, os conteúdos escolares e as práticas sociais que a escola assume como relevantes. Em termos legais, o currículo é definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) como o conjunto de conteúdos, métodos e critérios de avaliação a serem utilizados no processo de ensino-aprendizagem.

Sob uma perspectiva tradicional, o currículo era visto como um conjunto linear e normativo de conteúdos a serem transmitidos pelo professor. Entretanto, as abordagens críticas e pós-críticas superaram essa visão reducionista, ao defenderem que o currículo é também um campo de disputas políticas e culturais, no qual se define o que deve ser ensinado, para quem, como e com que finalidade. Nesse sentido, autores como Paulo Freire, Michael Apple e Tomaz Tadeu da Silva contribuíram para ampliar a compreensão do currículo como um instrumento político de inclusão ou exclusão.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada nos últimos anos, trouxe uma padronização dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as etapas da educação básica, articulando competências gerais e específicas. Ela é um exemplo de currículo oficial, que deve ser interpretado pelas redes e escolas de maneira contextualizada. Já o currículo real é aquele que efetivamente se concretiza nas salas de aula, e o currículo oculto refere-se aos valores, normas e comportamentos que são transmitidos de forma não intencional.

Portanto, compreender o currículo implica reconhecer sua dimensão técnica e política, sua função organizadora do conhecimento escolar e seu papel na formação cidadã dos sujeitos.

Planejamento Educacional: Finalidade, Tipos e Estratégias

O planejamento educacional é o instrumento pelo qual o professor organiza sua prática docente, garantindo intencionalidade e coerência às ações desenvolvidas no cotidiano escolar. Planejar é antecipar ações, prever caminhos, articular objetivos, conteúdos, metodologias e critérios de avaliação. O planejamento, portanto, está diretamente vinculado ao projeto político-pedagógico da escola e à proposta curricular adotada pela rede de ensino.

Existem diferentes níveis e tipos de planejamento: o planejamento de longo prazo (anual ou semestral), o de médio prazo (por unidade ou bimestre) e o de curto prazo (diário ou por aula). Cada um tem suas especificidades, mas todos devem estar articulados entre si e com os objetivos educacionais mais amplos.

Entre os princípios que devem nortear o planejamento destacam-se a flexibilidade, a contextualização, a interdisciplinaridade e a participação. Um planejamento eficaz não é rígido ou engessado, mas sim um documento vivo, que deve ser constantemente revisto, ajustado e reconstruído conforme as necessidades da turma, os imprevistos do processo educativo e os resultados obtidos nas avaliações.

Ademais, o planejamento deve partir do diagnóstico da realidade dos estudantes, suas condições socioculturais e seus estilos de aprendizagem. Ao fazê-lo, o docente assegura a equidade no processo de ensino, adaptando estratégias e recursos às diferentes necessidades presentes na sala de aula.

▸ Avaliação da Aprendizagem: Funções, Tipos e Princípios

A avaliação é uma das dimensões mais complexas da prática pedagógica. Trata-se de um processo contínuo, sistemático e intencional, que visa compreender e acompanhar a evolução da aprendizagem dos estudantes. Sua finalidade não deve ser apenas classificatória ou punitiva, mas primordialmente formativa, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas docentes e para a melhoria da aprendizagem.

Entre os principais tipos de avaliação, destacam-se:

- Avaliação diagnóstica: realizada no início de um processo, serve para identificar os conhecimentos prévios dos alunos;
- Avaliação formativa: ocorre durante o processo de ensino, com o objetivo de orientar o estudante e o professor sobre os avanços e dificuldades;
- Avaliação somativa: realizada ao final de uma etapa, busca verificar se os objetivos de aprendizagem foram alcançados.

Para que a avaliação cumpra seu papel pedagógico, ela deve estar articulada ao planejamento e ao currículo. Além disso, os instrumentos avaliativos devem ser variados, contextualizados e

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

coerentes com os objetivos propostos. Avaliar não é apenas aplicar provas, mas também utilizar portfólios, autoavaliações, projetos, rodas de conversa, entre outros recursos.

A avaliação deve, ainda, respeitar os princípios da equidade, da transparência e da justiça. A prática avaliativa excludente, centrada na memorização ou na padronização excessiva, compromete a qualidade do ensino e o direito de aprender dos estudantes.

- **Integração Currículo–Planejamento–Avaliação: Coerência e Qualidade**

A eficácia do trabalho pedagógico depende, em grande medida, da articulação coerente entre o currículo, o planejamento e a avaliação. Esses três elementos formam um sistema integrado: o currículo define o que ensinar, o planejamento organiza como ensinar e a avaliação verifica como e o quanto se aprendeu. Quando essa tríade está desconectada, a prática pedagógica se torna fragmentada, incoerente e ineficaz.

A integração entre esses elementos exige que os objetivos de aprendizagem estejam claramente definidos, que as estratégias pedagógicas sejam condizentes com tais objetivos e que os instrumentos de avaliação realmente capturem o desenvolvimento das competências pretendidas. Essa coerência interna fortalece a intencionalidade da prática educativa e amplia as possibilidades de sucesso escolar dos alunos.

Além disso, essa articulação favorece a construção de uma escola democrática e inclusiva, na qual todos os sujeitos têm oportunidade de aprender, participar e se desenvolver. O professor, como mediador desse processo, deve agir de forma reflexiva, ética e comprometida com a aprendizagem de todos.

- **Prática Pedagógica com Intencionalidade e Reflexão**

Compreender e aplicar os princípios do currículo, do planejamento e da avaliação da aprendizagem é condição indispensável para o exercício de uma prática pedagógica efetiva e transformadora. Esses três pilares da dimensão pedagógica não devem ser tratados de forma isolada, mas sim como partes de um mesmo processo formativo, voltado para a construção de uma educação de qualidade social.

Para os candidatos de concursos públicos, o domínio desses conteúdos exige não apenas memorização de definições, mas sobretudo compreensão crítica e capacidade de análise prática. As bancas examinadoras valorizam cada vez mais questões situacionais, que exigem do candidato a leitura contextualizada dos fundamentos legais e teóricos que embasam a prática educativa.

É importante lembrar que uma prática pedagógica de qualidade pressupõe formação continuada, reflexão crítica, compromisso ético e sensibilidade às diferenças. Currículo, planejamento e avaliação não são meras ferramentas técnicas, mas dispositivos políticos que contribuem para a emancipação dos sujeitos e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Assim, cabe ao educador — e ao candidato que almeja atuar no serviço público educacional — apropriar-se desses instrumentos com intencionalidade, criticidade e competência, reafirmando o papel da escola como espaço de aprendizagem, cidadania e transformação social.

O COTIDIANO ESCOLAR E AS TEORIAS E METODOLOGIAS DIDÁTICAS

Conceitos e estratégias dos processos de ensino e de aprendizagem

As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) dissolveram fronteiras entre os espaços virtual e físico, criando espaços híbridos de conexões. Nestes, surgem novas formas de ensinar e aprender, sustentadas por uma diversidade de tecnologias e de suas ferramentas e linguagens midiáticas, que possibilitam a interação e a atuação do aluno como protagonista e autor de conteúdos, estabelecendo assim novas relações com a aprendizagem e a construção do conhecimento. Nesse contexto, surgem também novas concepções didáticas e estratégias de ensino–aprendizagem que valorizam metodologias mais ativas e superam abordagens educacionais centradas na fala do professor, na leitura de livros e na passividade do estudante .

Concepções didáticas

A reinvenção da educação é um assunto bastante discutido, assim como novas concepções de aprendizagem, trazidas especialmente pelo cenário das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs). No entanto, o cenário contemporâneo foi impulsionado por movimentos educacionais de grande importância histórica.

Experiência com metodologias ativas em sala de aula, desde a educação básica até o ensino superior, se caracteriza pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvida por meio de métodos ativos e criativos, centrados na atividade do aluno com a intenção de propiciar a aprendizagem.

Por mais que haja relação entre metodologias ativas e tecnologias digitais, essa concepção é anterior ao advento das TDICs. O aluno como ser ativo faz parte da concepção pedagógica do movimento denominado Escola Nova, que foi um divisor em relação às metodologias tradicionais.

A Escola Nova representou uma alteração marcante em abordagens que colocavam o aluno em posição passiva no processo de ensino e aprendizagem: o aprendizado costumava ser centralizado na figura do professor e a escola focava no ensino. A proposta desse movimento se contrapõe ao ensino tradicional, pois coloca o aluno no centro do processo, enfatizando a necessidade de seu protagonismo durante a aprendizagem.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; CAPÍTULO II, SEÇÃO I (ARTIGOS 208 A 214)

Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino **superior e técnico**
Estados e DF	Ensino **fundamental e médio**
Municípios	Educação **infantil e ensino fundamental**

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

(...)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento):(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156 - A;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156 - A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156 - A, §2º; e(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas "a" e "b" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as ponderações referidas na alínea "a" do inciso X do caput e no §2º deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - a União complementará os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, distribuída da seguinte forma:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.